

REGIÃO REVOLUCIONÁRIA EM UMA ÁREA DE FRONTEIRA INTERNACIONAL

Ana Luiza Setti Reckziegel ¹

RESUMO: Esse artigo² tem como contexto mais amplo o longo período de instabilidade política nos territórios do Rio Grande do Sul e do Uruguai entre os anos de 1828 e 1845. Com a independência do Uruguai, em 1828, iniciou-se uma fase de disputa pelo mando político entre os caudilhos Rivera, Lavalleja e Oribe e que iria se estender até a década de 1840. Do lado do Rio Grande do Sul, a conturbação política foi causada pela Revolução Farroupilha (1835-45). Nestas circunstâncias de guerra lá e aqui, desencadeou-se um trânsito bilateral intenso no qual os envolvidos procuraram apoio logístico e econômico cruzando a fronteira. Em dado momento, houve, inclusive, cogitações sobre uma possível união política entre os dois territórios, o que veio a alarmar tanto o Império quanto outros países vizinhos. Analisar as relações políticas, oficiais e oficiosas, entre estes rebeldes farroupilhas e caudilhos orientais constituem o objetivo deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE : Fronteira – Guerra – Relações inter-regionais

ABSTRACT: This article has as a wider context the long period of political instability in both territories of Rio Grande do Sul and Uruguay between the years 1828 and 1845. With the independency of Uruguay, in 1828, it started a phase of dispute for the political bidding among Rivera, Lavalleja and Oribe caudillos that would go through the decades of 1830 and 1840. On the side of Rio Grande do Sul, the political commotion was caused by Farroupilha Revolution (1835-45). These circumstance of war here and there, unchained an intense bilateral traffic in which the involved ones looked for logistic and economic support. In a given moment, there was also reasoning about a possible political union between both territories, which ended up alarming such as Empire as other neighbor countries. Analyzing political relations, official and obliging ones, between these farroupilhas rebels and caudillos uruguaios form the objective of this paper.

KEYWORD: Frontier – War – International relations

1 – FRONTEIRA COMPARTIDA

A zona de fronteira Brasil-Uruguai constituiu um espaço regional no qual o trânsito bilateral foi intenso. Do ponto de vista histórico, podemos afirmar que nessa área os limites convencionados não isolavam realmente as populações. Em ambos os países os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e sua influência não se continha dentro das linhas legais, mas ultrapassava as fronteiras. Sempre que uma revolução, uma revolta, um levante ocorria alongava-se os olhos para a banda da fronteira onde os grupos tinham certeza de encontrar auxílio e apoio, sempre que pedissem.³

Em 1830, já se calculava em 74.000 a população uruguaia, dividida assim: 14.000 em Montevideú (20%) e 60.000 (80%) entre os vinte e quatro povoados então

¹ Doutora em História. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

² Esse artigo é uma versão modificada do trabalho apresentado no V Simpósio Internacional Estados Americanos: o Bicentenário das Independências (1810-2010), realizado na UPF.

³ CALÓGERAS, Pandiá. *formação Histórica do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Cia. Nacional, 1945, p. 153.

existentes no resto do país, a saber, duas cidades (Maldonado e Colônia); catorze vilas (Canelones, São João Batista, São José, Florida, Rosário, São Salvador, São Domingo Soriano, Mercedes, Payssandú, Belén, Melo, Rocha, São Carlos e Durazno) e oito povoados (Las Piedras, Pando, Porongos, Real de São Carlos, Víboras, Carmelo, Salto e Santa Teresa). À uma escassa densidade populacional, 0,4 habitantes por quilômetro quadrado, correspondia também uma escassa urbanização. Já em 1835, com o aumento da imigração, um censo nacional apontava que Montevidéu saltava para um total de 23.404 habitantes.⁴

O gado continuava sendo a maior fonte de riqueza do país e, em função disso, foram decretadas medidas tendentes à conservação e fomento da pecuária, tais como a repressão aos freqüentes roubos de gado e a exigência de de certificados de propriedade expedidos pelos Juízes de Paz, entre outras. Estes cuidados foram tomados, principalmente, em função do escasso contingente populacional nos departamentos do norte o que estimulava a crescente penetração rio-grandense nessas terras.

O fato de os espaços localizados ao norte do Rio Negro ainda estarem praticamente despovoados, favoreceu a que os povoadores brasileiros fizessem uma penetração pacífica por toda esta área, onde formou-se um contingente de fazendeiros brasileiros em número bastante significativo. Para a historiadora Suzana Bleil de Souza, o Uruguai enfrentava muitas dificuldades para impor sua soberania na região. Isso ocorria em razão de que não havia um contingente populacional que se pudesse opor à ocupação progressiva dos rio-grandenses naquela área. A autora mostra que o Uruguai, em 1828, contava com setenta mil habitantes, dos quais apenas sete mil ao norte do Rio Negro, enquanto o Rio Grande do Sul tinha cento e oitenta mil.

Em função dessa realidade, essa zona-fronteira constituiu uma área na qual a autora refere que “não existia ainda a percepção do "eu" e do "outro". A fronteira era a grande comunidade do "nós", onde a língua falada era uma variante dialetal do português, que alcançava em alguns pontos um raio de 100 Km, e que, inutilmente era combatida pelo Estado uruguaio.⁵

⁴ CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca (1820-18338)*. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1982, p. 85-94.

⁵ SOUZA, Suzana Bleil de. “A Fronteira do Sul: trocas e núcleos urbanos - uma aproximação histórica”. In: LEHNEN, CASTELLO e SCHÄFER (org.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994, p. 78-89.

O vetor mais importante dessa interação fronteiriça foi o comércio bilateral. De acordo com historiadores uruguaios, “(...) o comércio com o Brasil determinava a existência de uma autêntica região econômica onde a linha fronteiriça, teimosamente demarcada pelos políticos, mostrava-se artificial”.⁶

Por volta de 1826- 1827, 240 léguas e 3/4 das terras públicas do Uruguai achavam-se em poder de súditos brasileiros. A independência, em 1828, não alterou o fluxo rio-grandense para o norte das terras uruguaias, aumentado, inclusive, durante o período da Revolução Farroupilha, em função do clima de insegurança gerado pelo conflito. A conexão econômica entre rio-grandenses e uruguaios encontrou a contrapartida política, numa conjuntura similar de perturbação revolucionária.

2 – UMA ZONA REVOLUCIONÁRIA

O quadro no qual se desenvolveu o primeiro governo constitucional uruguaio, 1830-1834, tendo à frente Frutuoso Rivera foi permeado por tentativas subversivas lideradas por Lavalleja, em três ocasiões: 1832, 1833 e 1834. Em 1833, o caudilho opositor invadiu o Uruguai a partir do território rio-grandense, precisamente de Jaguarão - onde já havia refugiado-se por ocasião do levante de 1832 - sendo rechaçado, porém, pelas forças legais.

Nessa ocasião, Lavalleja expôs seus planos de formar uma república federativa que abrangeria o Estado Oriental, Entre-Rios, Corrientes e o Rio Grande do Sul. Apesar de ter atraído certas simpatias entre os líderes liberais da província, a idéia não foi bem aceita. Na verdade, ocorria um jogo duplo no qual a manutenção de boas relações com Lavalleja não excluía a possibilidade de um acordo com a autoridade oficial, Rivera.⁷

Em 1833, Lavalleja liderou novo ataque, que da mesma forma que os anteriores, foi derrotado pelas tropas de Rivera. Lavalleja exilou-se mais uma vez em território rio-grandense. O vínculo entre lavallejistas e liberais rio-grandenses foi realizado pelo Padre Caldas, antigo deputado da primeira Constituinte do Brasil e por Alagoas, condenado por tomar parte na revolução de 1824. Evadido da prisão no Rio de Janeiro, passou à Argentina onde serviu como capelão do Exército em 1827.

⁶ Ver BÁRRAN e NAHUM. *História rural del Uruguay moderno: 1886-1894*. Montevideo: EBO, 1971.

⁷ Maiores detalhes sobre este assunto podem ser encontrados em PORTO, Aurélio. “Influência do Caudilhismo Uruguayo no Rio Grande do Sul”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Número 35: 371-453. Porto Alegre, 1929. Também VARELA, Alfredo. *Política Brasileira - Interna e Externa*. Porto Alegre: Livraria Chardron, 1929

Posteriormente, regressou ao Uruguai sendo nomeado vigário de Cerro Largo. Extremado liberal e republicano, harmonizou-se com a revolta que estava sendo gestada no Rio Grande e tornou-se amigo de Bento Gonçalves, maçon como ele e proprietário de terras em Cerro Largo⁸. Em decorrência dessa amizade aproximou-se, também, de Lavalleja.

No momento dessas disputas, chama a atenção a indissimulada convivência das regiões de fronteira com os revolucionários. Em correspondência ao presidente da província gaúcha, em 1833, Rivera manifestava seu desagrado pelas relações mantidas entre Lavalleja e os farroupilhas, ainda em estado pré-revolucionário. Rivera acusava Bento Gonçalves de proteger foragidos uruguaios e contribuir, assim, para a instabilidade política no Uruguai. Dizia ele “a justiça reclama uma satisfação para o sossego do território fronteiriço.”⁹

Ao combater as agressões armadas de seus adversários, Rivera só podia acusar o governo brasileiro ao receber, reabastecer e rearmar Lavalleja e seu séquito, de quebra de neutralidade ou incapacidade de reprimir tais atos. Em ambas as hipóteses pesava sobre o Rio Grande do Sul a responsabilidade real das incorreções, embora legalmente recaísse sobre o governo central - cuja fraqueza permitia que seus representantes oficiais na província fossem escarnecidos e desobedecidos nas ordens e recomendações transmitidas ao elemento local, por mais urgente e insistente fosse o empenho do Rio de Janeiro.¹⁰

Em Montevideú tinha-se convicção de que o Império acobertava tais distúrbios. A verdade, no entanto, era que o governo central não tinha autoridade sobre o Rio Grande do Sul, então em mãos de partidários exaltados da autonomia local. Liderados por Bento Gonçalves, contra quem justificadamente Rivera remetia suas acusações, os farroupilhas favoreciam os rebeldes uruguaios, movidos por amizades pessoais, laços de parentesco e alianças tácitas. A contrapartida vinha em forma das cavalhadas envidas do Uruguai.

O fato de a dissidência política buscar apoio no outro lado da fronteira para recuperar o poder ou ascender a ele, foi um fato comum na região nessa época. Os novos Estados recém-constituídos perfaziam unidades mal integradas, sendo a estabilidade e independência ainda não plenamente consolidadas.

⁸ A respeito da estada de Bento Gonçalves em Cerro Largo consultar: GANNELLO, Victor H. “Bento Gonçalves em Cerro Largo”. In: *Hon es Historia*, Año V, número 25, febrero, 1988, p. 25-31.

⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Lata 3, número 25. 31/1/1833.

¹⁰ Ver CALÓGERAS, P. . Op. cit., p. 163.

Além dos problemas políticos, a própria conformação dos mercados nacionais criava condições para que as cidades, em especial as cidades-porto, buscassem atrair o comércio de e para regiões que politicamente dependiam de governos distintos. Integrantes das classes dominantes de um país recém constituído possuíam, em não poucos casos, propriedades em outros e buscavam ser respaldados por seus governos ante situações conflitivas que se multiplicavam.

No caso do Uruguai e do Rio Grande do Sul, caudilhos-estancieiros possuíam fazendas em províncias ou estados vizinhos, fazendo delas sua base de operação. Neste contexto não será estranho o entrelaçamento de facções que se enfrentavam no território oriental com as que se opunham ao Império no Brasil.¹¹

No ano de 1834, Rivera voltou a manifestar-se sobre as invasões e ataques ocorridas a partir da província gaúcha, responsabilizando-a pela instabilidade do governo oriental. Afirmava que a “ república oriental do Uruguai não mudará de situação enquanto não mude de vizinhos” e acusava que as invasões ao Uruguai haviam sido tramadas no Brasil. Ficava evidente que o Uruguai, desde os primeiros tempos de nação autônoma, já enfrentava problemas com o Rio Grande do Sul, particularmente acirrada nos momentos de conflagração política.

Para a definição deste quadro contava de forma muito importante a posição da província rio-grandense no concerto da nação brasileira: a especificidade de sua economia bem como a própria distância do governo central favoreceu aos rio-grandenses considerável dose de autonomia política, o que, em mais de uma ocasião, foi responsável por enfrentamentos com o Rio de Janeiro.

3 – GUERRA AQUI, GUERRA LÁ

Se a relação entre Montevideú e o Rio de Janeiro já era difícil, agrava-se mais a partir do início do movimento autonomista liderado por Bento Gonçalves que em 1835 se lançou em luta armada e que iria, como já apontamos, articular-se com a oposição ao governo de Rivera. O fato de que influentes fazendeiros rio-grandenses possuíam estâncias no Uruguai, complicava ainda mais a situação do relacionamento brasileiro-oriental.

De que forma ocorreu o trânsito bilateral? Ora, os farroupilhas precisaram servir-se da região oriental quando os portos de Rio Grande e de São José do Norte -

¹¹ Ver TOURON, Lucia Sala de e ELOY, Rosa Alonso. *El Uruguay Cometicial. Pastoryl y Candillesco*. Tomo II. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

únicos que permitiam comunicação com o exterior - recaíram em poder das forças imperiais. Para enfrentá-las os revolucionários gaúchos tiveram que contar com auxílio externo e para recebê-lo foi indispensável a passagem pelo território uruguaio, embora o porto de Montevideu nem sempre estivesse aberto aos farroupilhas em razão da pressão exercida pelo Império sobre o governo portenho.

A Corte alarmava-se com o estado revolucionário no Rio Grande e a crescente comunicação entre a província e o Uruguai. Os *Anais da Câmara dos Deputados do Império* registram a situação com constância impressionante. Na sessão de 06/05/1833, na qual discutiu-se sobre a fixação das forças de terra para o ano de 1834 e 1835, o ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito informava que o recrutamento de soldados para lutar no sul tornava-se cada dia mais difícil. Antero de Brito mostrava-se alarmado com a questão da defesa da fronteira que precisava de pelo menos 600 recrutas para reforçar os corpos “completamente enfraquecidos”. O ministro atribuía à falta de vigilância na fronteira “os repetidos roubos e assassínios, que se cometem de uma e outra parte”. Reconhecia, também, que as constantes invasões de tropas orientais que tentavam repatriar emigrados refugiados da guerra naquele país não tinham como ser detidas pelo Brasil, dada a fragilidade das forças armadas nas fronteiras do império.¹²

Também na Câmara dos Deputados, o assunto da fronteira rio-grandense repercutiu. Nas palavras do deputado Santa Bárbara, providências urgentes tinham de ser tomadas “ para manter a segurança da província do Rio Grande do Sul e fazer respeitar aquela fronteira, insultada vergonhosamente, e agora ameaçada de invasão hostil pelos povos alvorotados da República do Uruguai.”¹³

Estava claro que a revolução no Uruguai repercutia no Rio Grande do Sul, criando um clima de vigilância e apreensão por parte das autoridades imperiais. O que o governo, no entanto, não levava em conta era o descontentamento da província sulina com a conduta da Corte em relação aos assuntos que os rio-grandenses consideravam prementes, os quais constituíram o estopim para a rebelião farroupilha.

Nesse sentido, podemos dizer que não havia uma uniformidade de postura e de ação entre o governo central e o Rio Grande do Sul no que se refere às relações com o Uruguai. A orientação da política externa estabelecida pela Corte não foi seguida no sul

¹² JANOTTI, Aldo. Uma questão mal - posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por d. João VI. Revista História. São Paulo, v 52, n. 103, ano XXVI, jul-set, 1975, p. 338.

¹³ Idem, p. 339.

que, inclusive, a contrariou em vários momentos. Daí a insistência de ministros e deputados em guarnecer militarmente a fronteira, para que não se misturassem contendas de lá e cá ou vice-versa. Pois, embutido nesse trânsito vinham as idéias separatistas e republicanas que florescia na região do Prata, às quais as circunstâncias faziam os rio-grandenses bastante permeáveis.

A frágil conjuntura política desta época repercutiu junto ao Cônsul brasileiro em Montevideu que, por ocasião do ataque sofrido por um navio de guerra enviado do Rio de Janeiro para combater os farroupilhas e fundeado em Jaguarão, recebeu apelo do presidente da província que insistia pela punição dos agressores pois temia que os “emigrados desta Província, aí residentes, e a quem não posso deixar de atribuir grande parte neste sucesso, a maiores empresas, que virão talvez por fim a alterar a paz e a harmonia em que estamos com a República.”¹⁴

A gestão das autoridades, no entanto, foi insuficiente para controlar que os rebeldes farroupilhas impusessem presença no território uruguaio e, até, fossem auxiliados naquele país. O então presidente do Rio Grande citava até que o líder João da Silva Tavares mantinha estreita “intimidade “ com o coronel uruguaio Servando Gomes, do departamento de Cerro Largo. Por isso, solicitava a internação de Silva Tavares para o interior do Uruguai.¹⁵

A penetração dos rio-grandenses no departamento de Cerro Largo, nessa ocasião sob comando do citado coronel Servando Gomes, passou a constituir uma prática assídua. Departamento do norte, Cerro Largo oferecia um tratamento peculiar aos rio-grandenses, motivado tanto pela suas históricas diferenças com Montevideu - a cidade-porto não raras vezes afastada dos interesses da campanha - quanto pelo relevante intercâmbio comercial que mantinha com os moradores do outro lado da fronteira e mesmo pela quantia significativa de estâncias em mãos de rio-grandenses.

4- ALIANÇAS INSTÁVEIS

Em 1835, D. Manuel Oribe sucedeu Rivera. Havia sido escolhido por seu predecessor e eleito por influência deste. Oribe atingira altos postos em função da proximidade com Rivera, tendo ocupado o Ministério da Guerra e Marinha.

Uma vez eleito, procurou emancipar-se da poderosa influência de Rivera que, como Comandante Geral da Campanha, gozava de grande prestígio em todo o país,

¹⁴ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 31/12/1835.

¹⁵ Idem.

exercendo uma espécie de governo paralelo. Numa tentativa bem sucedida de reduzir a capacidade de manobra e diminuir o poder de Rivera, Oribe abriu as portas de seu governo aos lavallejistas e destituiu Rivera de seu cargo, nomeando para substituí-lo D. Ignacio Oribe, seu irmão.

Perseguido e humilhado, Rivera rebelou-se contra Oribe em julho de 1836 sendo completamente derrotado pelas forças legais na batalha de *Carpintería*, que ficou conhecida como a primeira batalha em que os combatentes se singularizam como *blancos e colorados*.

Derrotado, Rivera rumou à fronteira de Quaraí com cerca de 400 homens, instalando-se entre as tropas imperiais comandadas por Bento Manoel Ribeiro. Ali, passou a elaborar nova estratégia de invasão do Uruguai.

Por seu turno, os farroupilhas esperavam contar com o apoio de Oribe, uma vez que consideravam Rivera vinculado ao Império e já tinham anteriormente estabelecido laços com Lavalleja. O presidente uruguaio adotou, porém, uma política de duas pontas: oficialmente, mantinha neutralidade e tentava aproximar-se do governo imperial, sobretudo através da missão de Carlos Villademoros ao Rio de Janeiro. Essa missão contribuiu para distender a tensão existente entre ambos os governos, porém não teve resultados concretos no que tange às negociações sobre os limites ainda não definitivamente acertados entre um país e o outro. Extra-oficialmente, tratava de se aproximar dos farroupilhas pois, tanto ignorava o resultado da guerra, como temia uma possível aproximação dos rebeldes com Rivera.

Os rebeldes rio-grandenses sentiam-se extremamente desconfortáveis com a conduta do governo uruguaio, que consideravam ambígua e que não lhes outorgava nenhuma vantagem.

A posição de Oribe era interpretada pelo Encarregado de Negócios em Montevideu, Almeida de Vasconcellos, nos termos de que o presidente desejava a independência do Rio Grande do Sul “para ter por vizinho um Estado pequeno e fraco”, Por essa razão, apoiaria os farroupilhas, enquanto as forças imperiais apoiariam Rivera. O triunfo de Rivera, no lado oriental, significaria o triunfo dos legalistas no Rio Grande do Sul.¹⁶

O governo regencial tentou um acordo com Oribe, sugerindo que os rebeldes uruguayos que entrassem no Rio Grande do Sul fossem retidos e internados fora da

¹⁶ VARELA, A. Op. cit., p. 12. Este período é minuciosamente descrito pelo autor.

província sulina. Por parte de Montevideu deveria haver reciprocidade a respeito dos farroupilhas. Na prática, porém, o acordo era inócuo, visto que se o Império dispunha de províncias longínquas para enviar os uruguaios. Porém, uma vez instalados no Uruguai, fosse em qualquer ponto, os farroupilhas ficavam, ainda, próximos da fronteira e em condições de ultrapassá-la facilmente, continuando a agitar o movimento.

No final de 1837, o contexto de luta alterou-se tanto para os farroupilhas quanto para os caudilhos uruguaios. No Rio Grande do Sul, o presidente da província Araújo Ribeiro, havia sido deposto pelo governo central. Bento Manuel, atingido pela afronta feita ao seu parente e amigo, desertou do serviço legal aderindo aos rebeldes farroupilhas, que até há pouco o repeliam. Na nova situação passou a contar com a colaboração de Rivera que, então, fugira de Porto Alegre, onde se achava preso. A partir daí, o caudilho passou a preparar a segunda invasão ao Uruguai, largamente arquitetada em território rio-grandense.

Alarmado com o rumo dos acontecimentos, o governo brasileiro nomeou Pedro Chaves na função de agente junto a Oribe, com a incumbência de negociar no sentido de destruir a influência de Rivera, "inimigo da tranquilidade de ambos os países"¹⁷. É curiosa a recomendação feita ao agente de que, no caso de Oribe exigir algumas vantagens em troca isso deveria ser feito "de modo a não comprometer a política do Governo Imperial presente, nem futura"¹⁸

O governo brasileiro, na verdade, estava muito preocupado com o fato de que Oribe pudesse supor que houvesse algum tipo de envolvimento do Império no sentido de fortalecer os planos de invasão de Rivera. Em realidade, o Brasil fazia um jogo duplo. Ao mesmo tempo em que se esforçava para não desagradar Oribe, enviava agentes diplomáticos para fazer chegar a Rivera o recado de que o Império não lhe era hostil. Finalmente, reiterava-se que tudo fosse feito "de palavra" e somente escrevesse as notas indispensáveis e sempre de maneira que "não arrastassem futuro comprometimento".¹⁹

Do Rio Grande do Sul, à frente de mais de 1200 homens, Rivera invadiu o Uruguai com a conivência dos chefes farroupilhas e de um pequeno grupo de unitários argentinos. Empreendendo uma guerra de recursos e rápidos movimentos, Rivera assegurou o domínio quase completo da República.

¹⁷ RIBEIRO, Duarte da Ponte. *As relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1936, p. 13.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

Durante esta fase, quando ainda não havia alcançado definitivamente o poder, Rivera celebrou com os farroupilhas o Tratado de Cangüê, que estabelecia um "recíproco intercâmbio de bons ofícios".²⁰

Pelo Tratado celebrado entre Rivera e os farroupilhas, o caudilho uruguaio reconhecia a independência do Rio Grande do Sul. Comprometia-se, também, a expulsar as tropas imperiais do Uruguai e dar suas armas e munições aos farroupilhas. Por seu turno, os farroupilhas deveriam expulsar do Rio Grande do Sul os emigrados políticos uruguaiois. O Tratado acabou não funcionando em razão de que ambos os lados trapacearam : Rivera, que dizia apoiar os farroupilhas enquanto aceitava dinheiro do Império para combatê-los e os farroupilhas, que apoiavam Rivera, mas também negociavam com Oribe.²¹

Em junho de 1838, as forças de Oribe foram derrotadas na batalha de Palmar e os riveristas marcharam para Montevidéu. Porém, Oribe resistiu em renunciar, dando seqüência à luta que contaria com a intervenção da França - contrária aos planos militares de Oribe e à sua aliança com Rosas.

Em início de novembro, Rivera voltou ao poder acompanhado por um heterogêneo grupo de vencedores, que abrigava distintos propósitos e professavam diferentes idéias²². Rosas e Oribe seriam o motivo desta união temporária.

Pouco antes de se dirigir à Argentina e atrelar-se à Rosas, Oribe desencadeou uma campanha de ameaças contra os brasileiros residentes em Montevidéu. O próprio Encarregado de Negócios não julgava-se seguro e dirigiu-se, através de ofício ao governo no Rio de Janeiro

A documentação comprova que os conflitos internos não se continham nos limites nacionais, havendo que se considerar também as transações políticas de um lado e de outro da fronteira .

Receoso de que uma aliança entre Oribe e Rosas comprometesse a independência do Uruguai, o governo imperial recomendou aos agentes designados, tanto no Uruguai quanto na Argentina, que fizessem chegar às autoridades daqueles países a mensagem de que empregaria todas as medidas coercitivas ao seu alcance para chamar argentinos e uruguaiois às posições que deveriam se colocar.

²⁰ MENA SEGARRA, C. Enrique. *Aparicio Saraiva - las ultimas patriadas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977, p. 8.

²¹ FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

²² PIVEL DEVOTO, Juan . *Historia de los Partidos Políticos en el Uruguay*. Tomo: I. Montevideo: Camara de Representantes, 1994, p. 117.

Para o historiador uruguaio Pivel Devoto, o Império teria recomendado às Legações de Buenos Aires e Montevideú, "a maior vigilância nos passos e transações daqueles Governos; e que sem comprometimento sério tirassem um partido valioso e eficaz das graves dificuldades em que se achava empenhada a gratidão do vencedor Rivera, para obrigá-lo a auxiliar-nos contra os rebeldes."²³

Na tentativa de sufocar os farroupilhas, o governo imperial expediu instruções ao Encarregado de Negócios em Montevideú, Pedro Chaves, para que encetasse e concluísse com Rivera uma negociação para pacificar o Rio Grande.

Autorizava o Encarregado a prometer afiançar total esquecimento aos rebeldes que abandonassem os chefes farroupilhas; a oferecer a Rivera, com discrição, concessões pecuniárias e a lembrar-lhe das obrigações que devia ao governo brasileiro por não ter entrado em aliança contra ele durante a guerra sustentada pelo seu contendor. Mais uma vez, recomendava que essas negociações não fossem registradas por escrito e não deixassem vestígio nenhum dos pactos com o caudilho oriental.

No entanto, Rivera não colaborou com o projeto do governo imperial de pacificar o Rio Grande do Sul. Ao contrário, na tentativa de limitar a luta dentro das fronteiras uruguaias, Rivera tratou de ignorar todas as alianças que pudessem atrelá-lo à algum compromisso externo naquele momento.

A situação da província rio-grandense agravou-se de forma contundente agora com o auxílio que os rebeldes haviam obtido da Argentina. Indignado, o Império pronunciou-se ante Buenos Aires afirmando que não era suficiente a retórica da neutralidade. Exigia, sim, ação concreta que reprovasse as pretensões dos rebeldes e os desanimasse. O Brasil colocava explicitamente o quanto era perigoso para a Confederação ficar a província do Rio Grande independente - porque seria natural unir-se com o Uruguai e enfrentar o governo portenho.²⁴

Enquanto os negócios políticos do Império com a Argentina seguiam essa marcha, apresentavam pior aspecto os relativos ao Uruguai, onde os farroupilhas não só eram recebidos e patrocinados, mas até um jornal sob influência do governo oriental

²³ Idem, p. 16-17.

²⁴ É consideravelmente extensa a documentação que trata dos trâmites diplomáticos dessa época entre os governos brasileiro, uruguaio e argentino. Há dezenas de notas e ofícios que traduzem as tentativas de negociações encetadas por este triângulo, refistrados por Duarte da Ponte Ribeiro, enviado especial do governo brasileiro ao Prata entre 1829 e 1843,.

mostrava o mais decidido interesse pela causa da rebelião e o mais pronunciado rancor contra o Brasil.

O governo imperial declarou ter conhecimento das relações estabelecidas entre as autoridades uruguaias e os chefes rebeldes; saber que dali iam cavalladas, munições e outros artigos que os farrapos necessitavam; ter ciência da existência de um Tratado de Aliança de Rivera com os rio-grandenses rebelados²⁵. Desmoralizado nas negociações com as autoridades uruguaias, o ministro brasileiro retirou-se de Montevidéu, justificando motivo de saúde. Ficava a Legação, acéfala.

O Brasil necessitava sufocar a rebelião farroupilha no Rio Grande o que se apresentava difícil em função do apoio recebido pelos rebeldes tanto de Rivera, quanto de Oribe e Rosas . De outro lado, Rivera para se manter a salvo da constante ameaça representada pela aliança entre Oribe e Rosas, trilhava um caminho de mão dupla, ora emprestando seu apoio aos farrapos, ora comprometendo-se com o governo imperial numa reciprocidade de auxílios.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstruir a história da nação através da história de suas regiões consiste em um desafio para o historiador, visto que as grandes sínteses nacionais deixam de considerar, muitas vezes, o caráter particular dos processos que se desenrolaram nos espaços regionais. Tratar das guerras que assolaram o Rio Grande do Sul e o Uruguai nas décadas de 1830 e 1840 é ter de prestar atenção aos condicionantes regionais nem sempre plenamente percebidos pelos poderes centrais.

A situação de fronteira possibilitou a interface de caminhos políticos, estratégicos e diplomáticos, contribuindo para que as guerras se estendessem por anos a fio. Na constituição da zona-fronteira as marcas da nação permearam-se às da região e a transposição dos marcos de limites estatais mais uma vez ocorreu, articulando-se ali os revolucionários de lá e de cá

²⁵ Idem, p. 27.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÁRRAN e NAHUM. *História rural del Uruguay moderno: 1886-1894*. Montevideo: EBO, 1971.
- CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Cia. Nacional, 1945.
- CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca (1820-18338)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1982.
- GANNELLO, Victor H. “Bento Gonçalves en Cerro Largo”. In: *Hon es Historia*, Año V, número 25, febrero, 1988, p. 25-31.
- JANOTTI, Aldo. Uma questão mal - posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por d. João VI. *Revista História*. São Paulo, v 52, n. 103, ano XXVI, jul-set, 1975, p.315-341
- MENA SEGARRA, Enrique. *Aparicio Saravia*. Las ultimas patriadas. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.
- PIVEL DEVOTO, Juan. *Historia de los Partidos Politicos en el Uruguay*. Tomo: I. Montevideo: Camara de Representantes, 1994.
- PORTO, Aurélio. “Influência do Caudilhismo Uruguayo no Rio Grande do Sul”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRGS, 1929, n. 35: 371-453.
- RIBEIRO, Duarte da Ponte. *As relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Archivo Nacional, 1936
- SOUZA, Suzana Bleil de. A Fronteira do Sul: trocas e núcleos urbanos - uma aproximação histórica. In: LEHNEN, CASTELLO e SCHÄFER (org.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994, p. 78-89.
- TOURON, Lucia Sala de e ELOY, Rosa Alonso. *El Uruguay Cometicial. Pastoryl y Candillesco*. Tomo II. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.
- VARELA, Alfredo. *Política Brasileira*. Interna e Externa. Porto Alegre: Livraria Chardron, 1929.